

BOLETIM TUCUM

A força da
resistência
indígena

Realização:



Adelco



Financiamento:



Boletim trimestral
Nº 2, Setembro de 2021

Ceará tem o primeiro Escritório de Advocacia Popular Indígena do Brasil



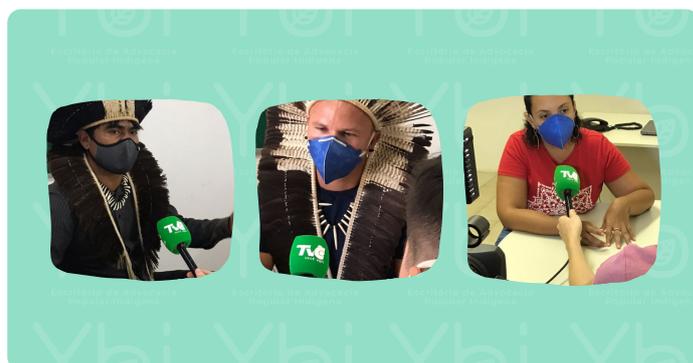
Em 11 de agosto o projeto Tucum - a força da resistência indígena lançou o Escritório de Advocacia Popular Indígena Ybi. O Escritório é uma parceria com o movimento indígena do Ceará e tem o financiamento da União Europeia.

A iniciativa tem por objetivo fomentar a participação do movimento e dos povos indígenas nas tomadas de decisões e na efetivação de seus direitos, através da atuação do Escritório de Advocacia Popular Indígena para casos de violações de direitos dos povos no Estado do Ceará- Brasil. Trata-se de um escritório de assessoria jurídica popular indígena.

O lançamento contou com a presença de Paulo Pankararu, primeiro Advogado Indígena do Brasil; Paulo Machado, presidente da Comissão Especial de Direitos Indígenas do Conselho Fe-

deral da OAB; Judite Guajajara , advogada da Rede Nacional dos Advogados Indígenas (RNAI); Dinaman Tuxá, Assessor Jurídico da APOINME e da APIB; Jorge Tabajara; Cacique Tabajara e advogado do Escritório Ybi; Weibe Tapeba, liderança do Povo Tapeba, vereador de Caucaia e Advogado do Escritório Ybi; Ceiza Pitaguary, coordenadora da Fepoince.

Para acompanhar as atividades do escritório, basta seguir as redes sociais usando o @escritorioybi.



Semana Diana Pitaguary movimentou as escolas indígenas do estado

Toda primeira semana de agosto as escolas indígenas do Ceará realizam a Semana Estadual Diana Pitaguary. Neste ano, o evento aconteceu de maneira online entre os dias 02 a 06 de agosto. A semana é uma realização da Amice, da Oprince, da Secretaria de Educação do Ceará e do Projeto Tucum, realizado pela Adelco e pelo Esplar.

A Semana Diana Pitaguary é fruto da Lei Nº 17.041 de 10.10.2019, que também leva o nome de Diana. Para divulgação, foram preparados uma série de materiais educativos, como epi-

sódios em áudios sobre violência contra a mulher, folder virtual e impresso sobre a Lei Diana Pitaguary, material para redes sociais. Para ter acesso a eles gratuitamente, basta acessar: <https://url.gratis/RV5VXU>.



Delegação cearense participa do acampamento Terra Livre, em Brasília

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) deu início ao acampamento Terra Livre - Luta pela Vida, em Brasília, no dia 22 de agosto. A carta escrita pela Apib sobre o evento reforça que esta foi a maior mobilização na história dos povos originários na Capital Federal e reforça o grito: Nossa história não começa, em 1988!

A pauta mais central da mobilização Luta pela Vida está relacionada ao julgamento pelo Marco Temporal no STF, que é considerado pelo movimento indígena o processo mais importante do século sobre a vida dos povos indígenas.



Foto: @fepoince



Foto: @fepoince

AMICE participa da 2ª Marcha das Mulheres Indígenas

A marcha aconteceu em setembro, em Brasília entre os dias 07 a 11 e teve como tema "Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra".

"Somos nações, povos, mulheres Mil-Iheres que podem ajudar de maneira significativa e singular a humanidade a superar uma de suas grandes crises climáticas e ecológica em direção a manutenção da vida e do equilíbrio da Mãe Terra", escrevem as mulheres indígenas no endereço virtual do evento.

A Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE) compareceu ao evento com uma comissão de cerca de 25 mulheres de todo o estado.



Foto: Instagram @amice_mulheresindigenas.ce



Foto: Instagram @amice_mulheresindigenas.ce

Projeto Tucum lança edital de apoio a microprojetos

O Projeto Tucum - a força da resistência indígena, realizado pela Adelco e pelo Esplar, com o financiamento da União Europeia, lança o Edital nº 01 do Fundo de Apoio a Microprojetos.

Cada organização contará com um apoio financeiro de vinte e seis mil reais para realizar as atividades previstas nos projetos apresentados.

A chamada do edital é destinada às quatro organizações representativas do movimento indígena, são elas: Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE), Organização dos Professores Indígenas do Ceará (OPRINCE), Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE) e Comissão de Juventude Indígena do Ceará (COJICE).

Artigo

Projeto de Lei 490/2007 e as ameaças que ele representa aos direitos indígenas

Weibe Tapeba - liderança indígena e advogado do Escritório Ybi



Os direitos dos Povos Indígenas no Brasil vem sendo ameaçados, e a agenda anti-indígena vem ganhando força no Congresso Nacional, que tem se posicionado contrário à demarcação de terras indígenas. Sabemos que existem interessados diretos na abertura das terras indígenas para o agronegócio, mineração e outros empreendimentos.

O PL nº 490/2007 prevê que só serão consideradas terras indígenas aquelas que já estavam ocupadas no dia 5 de outubro de 1988. Legalizando dessa forma o esbulho, a grilagem e todas as formas de violência que fizeram com que os povos indígenas fossem expulsos de seus territórios tradicionais, além de legalizar a tese do marco temporal, que está em debate no STF.

O PL proíbe ainda que terras já demarcadas sejam ampliadas, o que deverá aumentar os conflitos envolvendo Terras Indígenas. Prevê ainda a flexibilização do contato com “indígenas isolados”, que atualmente possuem proteção especial aos seus territórios, colocando-nos em risco de extermínio.

Caso o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional, as regras de demarcação de terras

indígenas serão alteradas, precisando que o Congresso Nacional aprove lei específica para cada demarcação, o que, na prática, deverá inviabilizar a demarcação no Brasil, já que a maioria dos congressistas, são contrários à demarcação de terras indígenas.

O PL 490 já recebeu parecer contrário da Comissão de Direitos Humanos e parecer favorável nas Comissões de Agricultura e Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, estando apto a ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Caso o plenário o aprove, a matéria seguirá para votação no Senado Federal.

O PL 490 representa um retrocesso e ameaça a vida dos Povos Indígenas, violando os seus direitos. Por isso, a luta esse contra o PL e contra a tese do Marco temporal precisa continuar.

“A LUTA PELA TERRA É MÃE DE TODAS AS LUTAS”

#NãoAoPL490

#NãoAoMarcoTemporal

Artigo

Tudo que precisamos saber a tese do Marco Temporal

Jorge Tabajara - cacique e advogado do Escritório Ybi



O marco temporal é uma tese criada por operadores do direito, representantes dos ruralistas e pessoas ligadas ao agronegócio e que vem sendo utilizada para impedir, retardar e até reverter os procedimentos administrativos de demarcações de terras indígenas, mesmo aqueles em estágio avançado ou já concluídos, a partir da defesa de que só tem direito à terra os povos indígenas que estavam na posse dos seus territórios em 05 de outubro de 1998, data da promulgação da Constituição Federal.

A nosso sentir e dos demais operadores do direito que faz a interpretação fiel Constituição Federal, com base no seu espírito e na vontade do Constituinte Originário entende que o Marco Temporal não há qualquer consistência jurídica, estando os seus defensores a realizar apenas e tão somente uma interpretação gramatical e assim ferindo frontalmente a própria essência do texto Constitucional.

A supracitada tese desconsidera a teoria do indigenato que reconhece aos povos indígenas o direito originário sobre às suas terras tradicionalmente ocupadas, inclusive como direito anterior à própria criação do Estado brasileiro, devendo este apenas declarar e demarcar os limites espaciais destes territórios

bem como o dever de manter, preservar e fazer respeitar todos os bens dos povos indígenas em suas terras. O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do Recurso Extraordinário - RE - 1.017.365, com repercussão geral apresentado pelo governo do Estado de Santa Catarina que se manifesta contrario a demarcação da Terra Indígena Ibirama-laklãnõ, do povo Xokleng. A decisão proferida pelo STF servirá de parâmetro, de base para aplicação imediata nos demais processos de demarcações de terras indígenas no Brasil.

No mês de agosto, mais de 6 mil indígenas de todo o país, participamos do acampamento LUTA PELA VIDA, nos manifestando contrários a famigerada tese, que fere de morte nossos direitos constitucionais, conquistados a duras penas.

Após vários adiamentos, nas sessões iniciais foram proferidas os dois primeiros votos, o do Ministro Luiz Edson Fachim, votado favorável aos direitos constitucionais indígenas, como direito originário e contrario a tese do Marco Temporal, por outro lado o Ministro Nunes Morais manifestou-se favorável a tese, contemplando os ruralistas, empresários ligados ao agronegócio e demais posseiros que lutam contra a demarcação de nossos territórios.

tos. A sessão foi encerrada com a pedida de vista do Ministro Alexandre de Moraes e com isso continua sem dada certa para a continuidade do julgamento.

Continuamos vigilantes nas aldeias, nos bastidores do judiciário e reiterando que a tese

do Marco Temporal constitui uma agressão jurídica e uma inconstitucionalidade manifesta, razão pela qual deverá ser definitivamente abolida dos debates jurídicos envolvendo demarcações de terras indígenas no País.



Foto: Retirada do site Brasil de Fato

Expediente:

Esta publicação é um produto do projeto Tucum - A Força da Resistência Indígena, realizado pelas instituições Adelco e Esplar, com o financiamento da União Europeia.

Este material tem conteúdo de responsabilidade exclusiva da Adelco, Esplar, em caso algum considerar que reflita a posição da União Europeia.

Coordenadora Geral: Adelle Azevedo

Coordenadora de Gênero: Magnólia Said

Técnicas do projeto: Lourdes Vieira e Carla Galiza.

Jornalista responsável: Roberta França

Estagiária: Gabriele Tremembé

Textos: Roberta França, Weibe Tapeba e Jorge Tabajara.

Diagramação: Roberta França